



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124776 - MG (2020/0055103-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : LEONARDO MOREIRA TORRES (PRESO)
ADVOGADOS : CLEMILSON JOSE OLIMPIO - MG160990
JOAO PAULO PIRES DE OLIVEIRA MARQUES E OUTRO(S) -
MG173561
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Recurso em *habeas corpus* improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **Leonardo Moreira Torres** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (HC n. 1.0000.20.008180-0/000 – fls. 124/130), que manteve a prisão preventiva decretada pelo Juízo de primeiro grau, em virtude da suposta prática de homicídio qualificado (Processo n. 0000211-76.2020.8.13.0558 - 0000302-69.2020.8.13.0558 – fls. 72/74).

O recorrente alega falta de fundamentação idônea na decisão que decretou sua prisão preventiva. Aduz não estarem presentes os requisitos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal. Sustenta que o Tribunal *a quo* teria agregado fundamentos ao decreto prisional, o que não é permitido pela jurisprudência desta Casa. Nesses termos, pretende a revogação da custódia ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Liminar indeferida (fls. 170/172), o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso, em parecer assim ementado (fl. 177):

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. PRETENDIDA REVOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONCRETO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não se reconhece qualquer ilegalidade da decisão que mantém a prisão cautelar do recorrente pelo concreto risco de reiteração delitiva, com vistas a

resguardar a ordem pública.

2. Parecer pelo desprovimento do recurso ordinário em *habeas corpus*.

É o relatório.

De acordo com reiteradas decisões desta Corte Superior, as prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade de restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção.

No caso, o Juízo singular decretou a prisão preventiva do recorrente sob a seguinte fundamentação (fl. 126 – grifo nosso):

(...) Com relação à prisão do autuado, tendo em vista a materialidade e indícios de autoria, bem como o risco à ordem pública no tocante **à reiteração da conduta criminosa, haja vista a folha de antecedentes criminais em que se verifica que o autuado se encontra em cumprimento de pena, além de responder a outros processos de crimes graves como tráfico**. Logo, encontram-se presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, nos termos do artigo 312 do CPP.

O acórdão impugnado manteve a custódia, nestes termos (fls. 126/127 – grifo nosso):

Afere-se que a decisão supracitada, ao contrário do alegado pela impetração, está devidamente fundamentada em elementos concretos e objetivos do processo, explicitando a prova da existência do crime e de indícios de autoria (*fumus commissi delicti*), bem como a **periculosidade do agente, já com condenação anterior**.

Nestes termos, **tenho que resulta demonstrada a necessidade da segregação cautelar, pois, conforme se extrai dos autos – APFD, fls. 07/21, anexo nº 04, em tese, o paciente teria desferido facadas na vítima J.C. – supostamente seu desafeto em razão de disputas pelo comando do tráfico de drogas-, que foram à causa eficiente de sua morte**.

Conforme o apurado, no dia dos fatos, o paciente, durante a madrugada, dirigiu-se à residência da vítima, onde, após, supostamente, invadir o quarto em que esta dormia, desferiu-lhe diversos golpes de faca, evadindo-se do local em sequência. Na ocasião, a esposa do ofendido acionou familiares, que o levaram até um hospital próximo, entretanto, já lá chegando sem vida.

À vista disso, desnecessárias maiores considerações, pois basta uma simples leitura de como os fatos supostamente ocorreram para constatar a necessidade de se garantir a ordem pública em prol da sociedade, posto que o paciente, com sua atitude audaz, *primo ictu oculi*, demonstra ser pessoa potencialmente perigosa, que despreza a vida humana.

E não só. **Extrai-se da CAC (fls. 13/15, anexo nº 02), que o paciente é reincidente, ostentando condenação transitada em julgado pela prática do crime de tráfico de drogas, além de responder a processo por receptação, encontrando-se quando dos fatos ora em análise em cumprimento de pena, e, não obstante, voltou a delinquir. A reiteração delitual, está a demonstrar que, solto, não consegue conter seus impulsos transgressores**.

Logo, todos esses elementos coadunam de forma a evidenciar a periculosidade do agente e autorizam a prisão processual, a bem da garantia da

ordem pública. (*periculum libertatis*).

O fato de o paciente praticar nova conduta delituosa, enquanto tutelado penalmente, reclama atuação mais forte do Estado, impondo-lhe a segregação cautelar, porque não soube aproveitar a oportunidade concedida. Óbvio, a nova prática delituosa indica que solto não consegue conter seus impulsos transgressores, o que faz concluir que a paz pública é sempre arranhada com suas posturas. Logo, afetada a ordem pública. (CPP, art. 312 e art. 313, II).

Como se vê, ainda que o acórdão impugnado tenha agregado novos fundamentos, observo que o decreto prisional possui, sim, motivação idônea suficiente a manter a prisão cautelar, consistente no fato de o recorrente ter, supostamente, cometido o crime quando se encontrava em cumprimento de pena por outro delito, pois já responde a outros processos criminais, como tráfico de drogas, por exemplo (fl. 126).

Com efeito, a jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que *a existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar (RHC n. 76.929/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016) – (HC n. 415.653/RJ, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 9/8/2018).*

A propósito:

HABEAS CORPUS. IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. FURTO QUALIFICADO TENTADO E FALSA IDENTIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. RÉU QUE POSSUI OUTROS REGISTROS CRIMINAIS ANTERIORES POR CRIME DA MESMA ESPÉCIE. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

3. No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do agente, evidenciada pelo efetivo risco de voltar a cometer delitos, porquanto o paciente possui outros registros criminais pela prática de crimes contra o patrimônio. A prisão preventiva, portanto, mostra-se indispensável para garantir a ordem pública.

4. Nos termos da orientação desta Corte, inquéritos policiais e processos penais em andamento, muito embora não possam exasperar a pena-base, a teor da Súmula 444/STJ, constituem elementos aptos a revelar o

efetivo risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva (RHC n. 68550/RN, da minha relatoria, DJe 31/3/2016).

5. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública.

6. *Habeas corpus* não conhecido. (HC n. 446.504/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 12/6/2018 – grifo nosso).

Ademais, concretamente demonstrada pelas instâncias ordinárias a necessidade da custódia, não se afigura suficiente a fixação de medidas cautelares alternativas.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator